

GUY DEBORD E A INTERNACIONAL SITUACIONISTA: AMPARO À GEOGRAFIA NA CRÍTICA À CIDADE MODERNA

Rodrigo Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Instituto de Geografia, Departamento de Geografia Humana, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
rodrigogeo2015@gmail.com

Ulisses Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Instituto de Geografia, Departamento de Geografia Humana, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
udsfernandes@gmail.com

Recebido em: 30/10/16; Aceito em: 16/05/17

RESUMO

Este artigo busca analisar o pensamento do teórico francês Guy Debord dentro de uma perspectiva geográfica. Tal leitura é feita a partir de três conceitos elaborados por esse teórico entre os anos 1950-1960, a saber: a psicogeografia, a deriva e a criação de situações. Formando uma espécie de *manual de instruções* ou *modo de usar* crítico das cidades europeias, Debord sugere – se nos valermos de uma interpretação geográfica – um caminho de superação que parta do espaço utilitário e alcance o lugar. Esse movimento é, segundo esse pensador, essencial para reverter a alienação e reificação do homem que vive sob o signo das grandes cidades. Os resultados deste trabalho, a par dos estudos de Geografia, revelam a importância não apenas de Guy Debord, mas também da Internacional Situacionista da transformação urbana no atendimento às necessidades do grande capital. Acreditamos que estudar o pensamento debordiano nesse contexto também propicia um melhor entendimento de como a Geografia, eminentemente crítica, veio a se apropriar das ideias situacionistas, privilegiando o lugar e confrontando a idealização do urbano nos moldes capitalistas.

Palavras-chave: Geografia Urbana; Filosofia; cidade; espaço; lugar.

GUY DEBORD AND THE SITUATIONIST INTERNATIONAL: SUPPORTING GEOGRAPHY IN THE CRITICAL TO THE MODERN CITY

ABSTRACT

Este artículo pretende analizar el pensamiento del teórico francés Guy Debord dentro de una perspectiva geográfica. Tal lectura se hace a partir de tres conceptos desarrollados por esta teoría entre los años 1950-1960, a saber: la psicogeografía, la deriva y la creación de situaciones. Formando una especie de *manual de instrucciones* o *el modo de uso* crítico de las ciudades europeas, Debord sugiere - si los valermos de una interpretación geográfica - un camino superación que se inicia desde el espacio de utilidad y llegar al lugar. Este movimiento es, según este pensador, esencial para revertir la alienación y cosificación del hombre que vive bajo el signo de las grandes ciudades. Estos resultados, junto con los estudios de Geografía revelan la importancia no sólo de Guy Debord, sino también de la Internacional Situacionista en la comprensión de la transformación urbana en el cumplimiento de las grandes necesidades de capital. Sino creemos que el estudio del pensamiento debordiano también proporciona una mejor comprensión en cómo la geografía, eminentemente crítico, toma posesión de las ideas situacionistas, favoreciendo el lugar, y hacer frente a la cara a esta idealización de las líneas capitalistas urbanos.

Keywords: Geografía Urbana; filosofía; ciudad; espacio; lugar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte das experiências próprias de cada um de seus autores, que em situações e momentos distintos relacionaram a obra de Guy Debord, mais especificamente *A Sociedade do Espetáculo*, com a transformação do urbano no pós-Revolução Industrial. Objetiva o mesmo analisar a interseção entre a obra do pensador francês com as leituras de uma Geografia mais crítica frente às vicissitudes impostas pelo Capitalismo no âmbito da produção do urbano quando do avanço da visão burguesa de regulação e racionalização dos objetos do mundo.

A cidade, expressão melhor do urbano, é tratada como recorte espacial nesta análise a partir do supracitado autor, que se apropria de exemplos empíricos tais como a Paris repensada e instituída pelo Barão de Haussmann na segunda metade do Século XIX ou a Brasília projetada e construída a partir das concepções do urbano dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer em meados do Século XX. No entanto, tão importante quanto exemplos pontuais é situar a condição de cidade em um tempo pós-Revolução Industrial e vinculada a um meio técnico-científico (SANTOS, 2012), visto ser sobre esta (nova) peculiaridade da cidade que a crítica debordiana e dos situacionistas irá atuar.

A operacionalidade da pesquisa se sustenta na revisão bibliográfica que interpola a leitura dos situacionistas à leitura dos geógrafos sobre a cidade dita moderna. Neste sentido, se de um lado temos as obras produzidas por Guy Debord e os situacionistas – e também autores como Anselm Jappe (2008) e Paola Jacques (2003), que se debruçaram sobre as obras de Debord e dos situacionistas, respectivamente –, por outro lado temos geógrafos e não-geógrafos, mas com o mesmo olhar peculiar dos geógrafos, que geraram esforços em apreciar a cidade sob o viés da ação do grande capital – e nesse caso, não há como deixar de citar autores como David Harvey (1980, 1989) e Henri Lefebvre (2013). Ora, como o espaço urbano é também o espaço-vivido, do mesmo modo não se pode dissociar da discussão os aportes teóricos de outro geógrafo, Yi-Fu Tuan (2013), tendo por base sua apreciação teórica sobre o conceito de lugar.

O questionamento central deste trabalho incide sobre como a Geografia foi buscar em autores ou instituições ligadas a visões *ad extra* para formular uma crítica à produção da cidade moderna e, neste sentido, há pertinência na retomada da literatura debordiana, bem como do ideário produzido pela Internacional Situacionista. Entende-se que o pensamento geográfico nunca foi imune à produção intelectual de outras ciências humanas afins e, comumente, apropriou-se desta produção para produzir uma leitura das coisas e objetos do mundo tendo em conta o que lhe é mais caro, ou seja, a leitura das relações espaciais.

Assim sendo, este trabalho estrutura-se de modo a reviver as origens do pensamento debordiano para, posteriormente, acessar todo o ideário da Internacional Letrista, fonte da constituição da Internacional Situacionista, grupo intelectual liderado pelo próprio Guy Debord. A partir dos pressupostos defendidos pela Internacional Situacionista é possível observar e analisar um cabedal de ideias próprio da Geografia, mas sustentado sobre uma dada dimensão e apreensão do urbano relacionada aos situacionistas.

AS ORIGENS DO PENSAMENTO DEBORDIANO

Nascido em 1931, em Paris, pouco sabemos do autor de *A Sociedade do Espetáculo*. Guy Debord manteve sua vida privada em penumbra e mesmo em seu texto autobiográfico, *Panegírico*, publicado em 1993, um ano antes de cometer suicídio em Haute-Loire, França, não há maior esforço em esclarecer detalhes da sua biografia. Ainda assim não podemos tratar suas concepções teóricas como uma narrativa impessoal, uma vez que seu pensamento radical se fundamenta na vida cotidiana, banal, pessoal: “toda minha vida transcorreu em tempos turbulentos, de extremas perturbações na sociedade e imensas destruições” nos diz Debord (2002, pp. 9-10) sobre sua vivência na Europa da primeira metade do século XX.

Com efeito, a partir de 1940, modelos filosóficos, culturais e sociais são postos em cheque ao mesmo tempo em que os cenários político e geopolítico se polarizam de forma radical (COSTA, 1991). Observamos aí um novo mundo de ideias surgidas em tempos de crise: a partir de duas guerras mundiais de longa duração, regimes genocidas, expurgos, campos de concentração e

ameaças globais de toda sorte ao conjunto estético e filosófico da modernidade – novas formas de apreender o mundo se fazem necessárias. David Harvey resume assim o receituário da modernidade que não mais será capaz de “ler” e “organizar”, mesmo de forma meramente utópica, os fatos sociais de uma contemporaneidade cada vez mais multidimensional e surpreendente:

“a ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda humanidade ser reveladas” (HARVEY, 1989, p. 23).

Adotando como preceito filosófico o ideário iluminista e como plano de ação a destruição criativa – onde a Paris de George Haussmann, o Rio de Janeiro de Pereira Passos, a Nova Iorque de Robert Moses e a Brasília de Juscelino Kubistchek são exemplos evidentes – a modernidade é vítima de suas próprias aspirações. O supracitado autor nos recorda que a ideia de progresso e racionalidade a qualquer custo se encontrava

“(…) fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana (...). A ânsia por dominar a natureza envolvia o domínio dos seres humanos” (HARVEY, 1989, pp. 23-24).

A crise dos grandes modelos explicativos mobiliza pensadores de todas as áreas e torna-se terreno fértil para novas formas de apreensão e explicação do mundo e é principalmente nas capitais europeias e cidades centrais dos Estados Unidos que as novas cartografias políticas e geopolíticas são definidas e contestadas.

São nesses espaços urbanos que as novas possibilidades de reterritorializações, sejam elas físicas ou mentais, podem ser formuladas, ouvidas, refutadas ou materializadas. O pensamento debordiano, sem embargo, se inscreve como reflexo e reflexão desses tempos e espaços, e seriam as vanguardas europeias do segundo pós-guerra seus principais veículos. É junto a grupos neovanguardistas que Debord irá fundamentar suas teorias, e, adotando uma postura radical, vivenciá-las. Para que a arte não seja alienante e a vida não seja alienada é preciso aniquilar as barreiras entre essas duas dimensões e alcançar o que junto com seu grupo nomeará por *arte integral*. Somente a superação da arte como arte poderá elevar a vida cotidiana à outro patamar, livre. A atuação desse autor enquanto ideólogo e militante de organizações de vanguarda foi intensa e cobre parte considerável de seus *insights*. É, pois, no papel de fundador e partícipe de duas organizações radicais, a Internacional Letrista e a Internacional Situacionista que o mesmo desenvolve os conceitos que aqui investigamos.

A INTERNACIONAL LETRISTA (1952-1957)

Fundada por Debord em 1952, a Internacional Letrista inicia suas atividades em Paris como um coletivo artístico que buscava na originalidade poética uma oposição ao surrealismo. Este fora considerado pelos letristas como um movimento artístico valioso em um primeiro momento, mas que graças a sua própria irracionalidade acabara por afastar seus admiradores da realidade social. Na contramão dessa e de outras formas de alienação artística, os letristas buscavam a “superação da arte” por meio da “destruição da poesia moderna” (JAPPE, 2008, p. 68). Porém, para os letristas, pensar novos rumos para arte não bastaria, era preciso vivenciá-la, transformar a superação da divisão entre o artista e espectador em estilo de vida. A proposta central do grupo: escapar, a partir da reconstrução artística, da alienação da sociedade de consumo propiciada pelo grande capital. A França vivia então o início do que o economista Jean Fourastié (1907-1990) irá chamar de *Les trente glorieuses*, os trinta anos de

pujança econômica compreendida entre 1945-1975 (FOURASTIÉ, 1979). Em 1949 a renda *per capita* francesa já superara o pico do pré-guerra. Em 1955 alcançava o dobro do nível do fim da guerra e continuaria a crescer durante todos os anos, de 1945 a 1974 (FRIEDMAN, 2009). Se entre 1913 e 1950 na Europa Ocidental a produção por habitante conta com um crescimento máximo de 0,5%, entre 1950 e 1970 essa taxa alcança os 4,0% (PIKETTY, 2014). Friedman sinaliza as mudanças sociais promovidas pela economia e as políticas de *welfare state*:

“(...) mesmo para aqueles que continuavam a viver onde sempre tinham vivido e que trabalhavam como sempre haviam feito, a variedade e abundância de novos bens de consumo à disposição tornavam a vida bem diferente. Antes da guerra, bem como nos primeiros anos do pós-guerra era incomum ver um operário ter um automóvel. No final dos anos 1960, metade deles possuía um. Antes da guerra, para muita gente dar um telefonema significava ter que ir à repartição dos correios ou a um bar. Não demorou muito e as pessoas passaram a ter telefone em casa” (FRIEDMAN, 2009, p. 303).

Em uma França em crescimento e, portanto, avessa a revoluções, a Internacional Letrista propõe uma abordagem crítica dos usos das artes e do urbanismo. Se nas cidades europeias o capitalismo trata de educar os espaços transformando os cidadãos em consumidores funcionais, é preciso atacar o urbanismo funcionalista e transformá-lo em uma ferramenta de des-alienação. Quando expressões como *Métro, boulot, bistro, mégots, dodo, zero* tornam-se de uso comum é urgente repensar as relações do homem com a cidade, acreditam os letristas. Dois conceitos-força do grupo usados nessa operação são a psicogeografia e a deriva. A psicogeografia lança luz sobre as possíveis relações entre o ambiente urbano e os estados de espírito, e propõem novas formas do homem se relacionar sensorialmente com a cidade. Debord observa que:

“as pessoas sabem que existem bairros tristes e bairros agradáveis. Mas estão em geral convencidas de que as ruas elegantes dão um sentimento de satisfação e que as ruas pobres são deprimentes, sem levar em conta nenhum outro fator (...). As pesquisas que precisam ser feitas sobre a disposição dos elementos do quadro urbano, em estreita ligação com as sensações que eles provocam, exigem hipóteses arrojadas quem convém corrigir constantemente, à luz da experiência, pela crítica e pela autocrítica” (JACQUES, 2003, p. 41).

A psicogeografia fornece as bases teóricas da práxis que Debord e os letristas irão nomear como deriva: uma “técnica de passagem rápida por ambiências variadas. Diz-se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência” (IBIDEM, p. 65). Com a deriva, observamos a tentativa de transformar teoria filosófica em vida cotidiana. Se a psicogeografia reconhece os efeitos que o meio físico causa nos afetos dos indivíduos, a deriva propõe a vivência desses sentimentos. Andando a esmo pela urbe, sem nenhum objetivo ou destino definido – praticando a negação do turismo tradicional, definido por Debord como uma “droga popular tão repugnante quanto o esporte ou as vendas a crédito” (IBIDEM, p. 42). – os cidadãos podem perceber a cidade por meio de uma cartografia particular e afetiva, ao invés de serem “guiados” por um urbanismo planejado à imagem e semelhança do capitalismo. Em comunhão com este pensamento, vemos em Lefebvre:

“o humilde habitante tem seu sistema de significações (ou antes seu subsistema) ao nível ecológico. O fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, a adoção, a transmissão de determinado sistema. O sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades; é recebido, porém modificado pela prática. É percebido” (LEFEBVRE, 2010, p.111).

Aqui vale revisitarmos as definições dadas por Santos (2012), para quem o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações agindo em conjunto. Nessa dialética, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o

sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2012, p. 63). Na leitura miltoniana a técnica e a informação possuem uma participação diretamente proporcional em relação à racionalidade do espaço urbano. Ou seja, quanto maior for a mediação técnica – quantitativa e qualitativa – entre esses sistemas, mais intensa será sua racionalidade e funcionalidade. A busca por essa cidade *máquina* é a busca pela centralidade e o controle dos processos sociais, culturais e econômicos. Além de uma resposta instantânea para as necessidades dos agentes hegemônicos, sejam estes públicos ou privados, os espaços dominados pela técnica procuram eliminar o aleatório. Essa instrumentalização do espaço, que confere velocidade e segurança aos processos já citados, acaba por criar o Homem adaptado à sua lógica, o *homem matematizado*.

Esses espaços que se distanciam da natureza serão um dos principais alvos de Debord, um “doutor em nada” que procura fórmulas para a transformação do mundo não nos livros, mas “vagueando por aí” (DEBORD, 2002, p. 21). Em uma perspectiva geográfica, tanto a deriva quanto a psicogeografia apresentam convergências com Yi-Fu Tuan (2013) e sua conceituação de espaço e lugar, sobretudo de como o espaço pode tornar-se um lugar a partir de experiências cotidianas que são

“(…) em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e ao longo dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do Sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 2013, p. 224).

E é a partir da *experiência* que estes dois teóricos irão apoiar suas abordagens das cidades enquanto *locus* da vida real. Próximo ao espírito letrista, Tuan afirma que “experenciar é vencer os perigos” e “para experenciar no sentido ativo, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto” (Ibidem, p. 18) e que

“um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, mediante todos os sentidos, como também uma mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência” (IBIDEM, p. 29)

Debord e os letristas buscam, por meio da experiência, vivenciar a cidade e assim, nesse processo, transformá-la em um lugar. A radicalidade dessa postura está ligada à negação do espaço enquanto norma e à valorização do lugar enquanto forma a ser explorada. Como enfatiza Milton Santos,

“é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz (...). Em todos os casos há combinações diferentes de normas e formas. No caso do mundo, a forma é, sobretudo norma, no caso do Lugar a norma é, sobretudo forma” (SANTOS, 2012, p. 338).

Mesmo sem fazer uso desses conceitos, caros à episteme geográfica, Guy Debord revela a dualidade entre o espaço e o lugar ao confrontar algumas de suas características, como racionalidade x aleatoriedade, controle x liberdade, objetividade x subjetividade, velocidade artificializada x tempo natural, segurança x experimentação. Este confronto de ideias, como veremos a seguir, é nitidamente potencializado quando do surgimento da Internacional Situacionista.

A INTERNACIONAL SITUACIONISTA (1957-1972)

Ainda que em um primeiro momento a Internacional Situacionista (fundada em julho de 1957), permaneça ligada à contestação artística e cultural, a crítica ao meio urbano ganha relevância nas explorações de Debord e desse grupo do qual é fundador. O conceito que passa a balizar a atuação do grupo é a construção de situações, assim definida por Debord:

“nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências de vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram” (JACQUES, 2003, p. 21).

Pode-se definir a criação de situações como a síntese das propostas anteriores formuladas pelos letristas. O próprio ato de caminhar pela cidade – a deriva – é considerada uma criação de situação. Todavia, para que essa ação se realize é necessária uma cidade que possibilite o jogo de superação entre arte e vida. A posição do grupo é clara:

“(…) o urbanismo é forçosamente o primeiro inimigo de todas as possibilidades da vida urbana em nossa época. É um desses fragmentos do poder social que pretendem representar uma totalidade coerente e tendem a impor-se como explicação e organização totais, os quais ocultam desse modo a totalidade social real que os produziu e que eles conservam” (IBIDEM, p. 132).

Debord e a Internacional Situacionista passam, então, a criticar de modo feroz os rumos que a arquitetura e o urbanismo vêm tomando na Europa e mais detidamente na França. O grupo encara os rumos do urbanismo moderno como uma ferramenta social e política: o progresso dos ambientes urbanos do pós-guerra não passa de mais um artifício do sistema capitalista a condicionar os habitantes das cidades. Ainda no entendimento do grupo,

“(…) todos os discursos sobre o urbanismo são mentiras tão evidentes quanto o espaço organizado pelo urbanismo é o próprio espaço da mentira social e da exploração reforçadas. Os que falam do sobre os poderes do urbanismo tentam fazer esquecer que eles só fazem o urbanismo do poder” (IBIDEM, p. 137).

É o que decretam os situacionistas em um artigo de 1961. Os alvos prioritários do grupo são os arranjos urbanos representados pelos HMLs – *Habitations à Loyer Modéré* –, conjuntos habitacionais populares construídos na periferia de Paris, ou seja, extraparienses e, de uma forma mais ampla, todo o doutrinário ditado pela Carta de Atenas (1933) assim como seu conceito de cidade funcional. Redigida por Le Corbusier (1887-1965), a Carta de Atenas, de 1933, propõe diretrizes embasadas em conhecimentos técnicos e científicos que seriam aplicáveis internacionalmente, com o objetivo de dirimir a maioria dos problemas ligados ao crescimento desordenado das cidades. Como exemplo empírico, pode ser citada Brasília, no Distrito Federal, Brasil, uma das cidades que seguiu as prescrições da Carta de Atenas: divisão setorial em áreas residenciais, de lazer e trabalho, verticalização das construções, áreas verdes, mobilidade a partir de vias expressas e a proteção do patrimônio histórico autêntico, com a condenação do uso de estilos do passado com pretensões estéticas. Sobre Brasília e sua arquitetura funcional, os situacionistas dirão que a capital brasileira

“revela o pleno desenvolvimento da arquitetura para funcionários, o instrumento e o microcosmo da *Weltanschauung* burocrática. Pode-se constatar que, onde o capitalismo burocrático já construiu seu cenário, o condicionamento é tão aperfeiçoado, a margem da escolha dos indivíduos tão reduzida, que uma prática tão essencial para ele como é a publicidade (...) tende a desaparecer na maioria das suas formas e suportes. É possível que o urbanismo seja capaz de fundir todas as antigas publicidades numa única publicidade do urbanismo” (JACQUES, 2003, p. 137).

Em resposta a tais formulações, os situacionistas propõem o *urbanismo unitário*, doravante designado por UU, que antes de uma metodologia de urbanismo trata-se de uma crítica ao urbanismo moderno. Não é, pois “(...) uma reação contra o funcionalismo, mas a sua superação: trata-se de atingir, além do aspecto utilitário imediato, um ambiente funcional apaixonante” (IBIDEM, p. 100). O conceito central do UU é reformular os usos da cidade já construída, utilizar o terreno urbano e as construções existentes para reverter o status

dominante de *cidade-museu*, um espaço estático no tempo na qual seus próprios habitantes não possuem voz ativa. A transformação do espaço em lugar não passa, portanto, pela destruição criadora – esse é o *modus operandi* do capital, a nêmesis dos situacionistas. Não é a reconstrução dos fixos que interessa a Debord e ao seu grupo, mas sim uma nova forma de se enxergar, entender e vivenciar a cidade a partir de uma abordagem pessoal e passional, ou seja, humanizadora.

Guy Debord não crê no urbanismo perpetrado pelos *homens de boa vontade*, guiado pelo humanismo clássico e que pretende construir imóveis e cidades em escala global, *urbe et orbi* (LEFEBVRE, 2013, p. 31). Para os situacionistas a cidade moderna (e modernista) nega aos homens a realização dos seus desejos. Mais, ela impede mesmo a formulação desses desejos. Dessa forma, a Paris do pós-II Guerra Mundial, apresenta-se, segundo a Internacional Situacionista, menos como uma manifestação concreta das soluções urbanas e mais como estratégia de classe justificada por uma ideologia. Os *grands essembles* suburbanos, não seriam apenas uma resposta à crise de moradias que assolava a França à época, mas sim o fim da própria cidade enquanto espaço de “encontros, confrontos, das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos” (IBIDEM, p. 22). Os grandes conjuntos – comenta Henri Lefebvre, com quem os situacionistas mantêm uma relação de influência mútua – são essencialmente arranjos desurbanizados, pois principiam

“um processo que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará perdendo o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. Com a criação do subúrbio começa na França um pensamento urbanístico encarniçado contra a Cidade” (IBIDEM, p. 25).

Entretanto, os conjuntos e pavilhões alienados da Cidade não eram os únicos alvos de Debord e os situacionistas. Além desses “campos de concentração” (JAPPE, 2008, p. 107), o grupo se bate contra qualquer arquitetura que promovesse algum tipo de hierarquização da cidade: arranha-céus, condomínios privados, apartamentos luxuosos, museus, clubes de férias e mesmo supermercados. Mais do que tomar partido entre abordagens isotópicas e heterotópicas, os situacionistas colocam-se como atores do jogo entre organizadores e organizados, entre atores e espectadores. A isotopia refere-se à ordem espacial racionalizada, promovida pelo capitalismo e/ou pelo Estado, enquanto a heterotopia – no sentido dado por Lefebvre (2013) – define os espaços sociais abertos ao novo, à heterogeneidade ao pluralismo e às mudanças surgidas das necessidades cotidianas.

A França da segunda metade do século XX persegue a Paris moderna do Barão Haussmann, sobre a qual Debord comenta tratar-se de uma cidade “construída por um idiota, barulhenta e agitada, que não significa nada” a não ser do “mero ponto de vista policial” (JACQUES, 2003, p. 39). Prefeito de Paris entre 1853 e 1870, George-Eugène Haussmann (1809-1891) aplicou à cidade um receituário modernizador-progressista que nos dois séculos seguintes serviria como modelo para as cidades ao redor do mundo que se pretendessem *modernas*, como Nova Iorque, Rio de Janeiro e Brasília. O plano era dotar a cidade de um centro que servisse como um cruzamento, e a partir desse ponto seriam construídos bulevares, avenidas e ruas comerciais de grande amplitude. Linhas ferroviárias e rodovias amplas permitiriam a mobilidade urbana que a cidade europeia do século XIX – ansiosa por velocidade – exigia.

Ao adotar o funcionalismo radical como meta, Paris sofre prejuízos históricos e culturais. A aliança entre investidores privados e órgãos do governo francês permitiu que fossem aprovadas leis que autorizavam a compra de qualquer imóvel ou terreno que estivesse no caminho do projeto de saneamento da cidade. Dessa forma, bairros históricos inteiros foram derrubados. A Velha Paris (*Le Vieux Paris*) das vielas, becos, ruas estreitas e boêmias, dos prostíbulos, das associações de trabalhadores, dos grêmios, e bares acaba por dar lugar à Paris Moderna. A despeito da monumentalidade arquitetônica, do sistema sanitário e dos sistemas de água e iluminação pública, Paris perde a sua espontaneidade e seu folclore. Perde parte dos seus símbolos e como aponta Hussey (2006, p. 316), o maior legado da administração de Haussmann, “foi ter destruído em menos de duas décadas o valor acumulado

por vários séculos nas ruas da velha cidade”. Dessa forma, entende-se o porquê de Engels ter assim definido o método Haussmann:

“não importa quanto possam ser diferentes as razões, o resultado é o mesmo em toda parte; as vielas escandalosas desaparecem, com o acompanhamento do pródigo auto-louvor da burguesia por conta de seu tremendo sucesso, mas elas aparecem outra vez, imediatamente, em alguma outra parte, mais e muitas vezes na vizinhança imediata! (...) Os lugares geradores de doenças, os buracos e celas infames nos quais o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são abolidos; eles são meramente *transferidos para outra parte!*” (ENGELS, 1872 Apud HARVEY, 1980, p. 123).

Sob os auspícios de Haussmann – autodeclarado *artista da destruição* – Paris tornou-se a capital mundial da racionalidade. A *Cidade Luz*, em contraponto à sombria cidade velha, inaugura o estilo de vida urbano moderno. E não será apenas em sua dimensão estética que a cidade será copiada no mundo ocidental: a função de controle e ordenamento social presentes nas reformas da capital francesa tornar-se-á um paradigma recorrente. Com o fim dos *quartiers* labirínticos, das vielas estreitas e das ruas sinuosas, eliminava-se o risco dos ataques surpresa e da formação de barricadas em uma possível rebelião popular. Se a remoção das massas mais sensíveis à revolta para as periferias não bastasse à ordem, a cidade estaria pronta para as insurreições: além da sua estética monumental, as grandes avenidas foram projetadas também para tornar mais fáceis as manobras do exército, o transporte de cavalos, tropas e armamentos. Segundo Munford (1982, p. 401a), para quem as vielas medievais de Paris foram “um dos últimos refúgios das liberdades urbanas”, as ruas irregulares, mal pavimentadas, mal iluminadas e com uma grande quantidade de pedras soltas, tijolos e lugares para se esconder dão uma vantagem estratégica para as formações de pessoas não treinadas sobre os soldados adestrados. Assim, “para governar apenas pela coerção, sem consentimento afeiçoado, é preciso que se disponha do cenário urbano apropriado” (IBIDEM, p. 401b).

Ora, tanto os conceitos quanto a práxis proposta pela Internacional Situacionista tinham como ponto de partida uma cidade acessível a quem quer que fosse, ou seja, o oposto da Paris de Haussmann e da Paris do pós-guerra. Se a racionalidade do espaço urbano causa escassez para a maioria, é preciso pensar outros tipos de *racionalidades*, ou seja, *contrarracionalidades* (SANTOS, 2012). Essa forma diversa de encarar o urbano tem como alvo a técnica que instrumentaliza as cidades e as tornam mecanismos regulados onde o aleatório, a incerteza, a criatividade e as necessidades não têm vez. Cidades-máquinas prontas para superar o homem a favor de uma ordem eficaz que privilegia poucos atores, hegemônicos. Contra essa lógica se rebelaram os *communards* da Comuna de Paris em 1871 e os manifestantes do Maio de 1968, estes últimos em grande parte sob a influência de Debord e os situacionistas.

Mesmo transformada em um espaço anti-rebeliões, em 1871 principia-se a Comuna de Paris, movimento que mobilizou os operários e a população mais pobre dos subúrbios parisienses. População, que afastada da *polis* pelo capitalismo burguês manifesto na forma do Haussmannismo, reivindicava o direito à própria cidade. De março a maio de 1871, Paris foi palco de ações revolucionárias radicais. Os agentes da revolta, os *communards*, organizam protestos, barricadas, discursos inflamados e instauram um governo popular provisório. Ao mesmo tempo promovem festas e bebedeiras em grande escala. Um concerto com mais de 1.500 músicos chegou a ser apresentado em 21 de maio, uma semana antes do movimento ser massacrado pelas tropas republicanas de Versalhes, deixando um saldo de mais de 20 mil vítimas, entre homens, mulheres e crianças. Apesar do fim trágico da Comuna, seu espírito popular, anárquico e avesso a qualquer ideia de autoridade, irá servir como perfeito exemplo revolucionário para Debord e os situacionistas (HUSSEY, 2006). É a História se repetindo: a mesma cidade, as mesmas causas, as mesmas reivindicações. Da mesma forma que pregavam os *communards*, a Internacional Situacionista acreditava que era preciso reaver a cidade e livrá-la do urbanismo formal, “o primeiro inimigo de todas as possibilidades da vida urbana em nossa época” (IS in JACQUES, 2003, p. 132). Assim, apesar de separados no tempo tais grupos possuíam, na raiz de suas reivindicações, o desejo por uma cidade plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia sobre uma racionalidade do espaço, opondo luminosidade e opacidade a partir das necessidades do capital, como bem analisou Milton Santos (2012) em sua obra, pressupõe uma construção ideológica burguesa. Dar conta da apropriação e comando do espaço a partir de forças interventoras em comum acordo, como o capital e o Estado, resguardaria a necessidade de ambos em relação à tutela do mesmo, bem como sobre a sociedade em grande parte. Os aliados ou então meramente utilitários da lógica burguesa deveriam aceitar um arranjo de regras não apenas sociais, com o Estado a submetê-los, mas também ao estabelecimento de outro espaço a ser vivido, não mais o seu outrora espaço-vivido. Isto dito de outro modo significaria adaptar-se de forma submissa, enquanto classe trabalhadora, a toda uma gama de intervenções, fundamentalmente nos espaços urbanos, aqueles da maior fluidez de riquezas e estratégias de lucro.

Os exemplos de Paris e Brasília, com suas funcionalidades e racionalidades postas em nome desta modernidade advinda das estratégias de controle do capital, sob o beneplácito do Estado, deixam claro o quanto antigas cidades ou cidades surgidas do nada se submeteram a tal ordem de coisas. Os Situacionistas, entre os quais Guy Debord, opuseram-se a tal forma de (re)constituição urbana e passaram a defender uma identidade original, fincada na leitura do lugar enquanto espaço vivido e em acordo com a conformidade das populações que ao longo do tempo constituíram tais cidades sobre outras lógicas, onde a força do capital se fazia menos opulenta e avassaladora.

A Geografia, fundamentalmente aquela assentada na leitura crítica, soube produzir no pós Segunda Grande Guerra Mundial um arranjo de ideias que viesse a questionar tal ordem. Pela própria trajetória da Geografia enquanto ciência moderna é possível depreender o quanto movimentos culturais em sua origem, mas voltados em momento seguinte à luta pela não deturpação das formas do viver no urbano, influenciaram a mesma na construção do seu novo discurso. Inegável que múltiplas fontes e formas do saber tenham corroborado neste discurso, mas a pretensão específica deste trabalho está direcionada ao discurso debordiano e à Internacional Situacionista.

Observa-se, enquanto movimento originalmente cultural, via a Internacional Letrista, uma ação de contrariedade às novas dimensões de tempo e espaço advindas de um processo de intensificação de um meio técnico-científico-informacional na redefinição do urbano (SANTOS, 2012). Os apontamentos aqui defendidos, a partir da obra de Guy Debord e dos Situacionistas, revelam o quanto a variável cultura passou a influenciar um sem número de cientistas sociais, em grande parte geógrafos, na crítica a esta nova proposta de urbano advinda dos interesses do grande capital. E se a crítica a este novo projeto, difundido desde o pós-Revolução Industrial, não foi capaz de estancar o avanço do mesmo, pelo menos produziu massa crítica suficiente para questionar as ações daqueles defensores da dita modernização.

Entenda-se também que o espaço-vivido, ambientado na dimensão local de múltiplos e diferentes grupos identitários, ainda persiste em razão da sua própria dinâmica de constituição e afirmação. E que a perturbação imposta por Debord e seus seguidores foi capaz de se fazer enxergar nesse novo urbano constituído as antigas práticas do viver, mesmo que buscando puramente absorvê-las às novas práticas do urbano. E é nesta tensão advinda da resposta dos cientistas sociais, e em particular dos geógrafos, ao novo projeto de cidade que se respalda a importância do pensamento debordiano e de tudo aquilo inspirado pela Internacional Situacionista.

REFERÊNCIAS

- CARTA DE ATENAS. **Congresso Internacional de Arquitetura Moderna**. Atenas, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016.
- COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1991.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- _____. **Panegírico**. São Paulo: Conrad, 2002.
- FOURASTIÉ, J. **Les Trente Glorieuses, ou, La Republique Invisible de 1946 à 1975**. Paris, Fayard, 1979.
- FRIEDMAN, B. M. **As consequências morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- HARVEY, D. **A Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.
- HUSSEY, A. **A História secreta de Paris**. São Paulo: Manole-Amarilys, 2006.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2002.
- JACQUES, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva – Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JAPPE, A. **Guy Debord**. Lisboa: Antígona, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2013.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes/UNB, 1982.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.